

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Moisés Lage de Assis Dias

DESAFIOS PARA A ABORDAGEM DE GÊNERO E SEXUALIDADE NAS ESCOLAS

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador: Anderson Ferrari

Juiz de Fora
2026

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **MOISÉS LAGE DE ASSIS DIAS**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 202172108A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **DESAFIOS PARA A ABORDAGEM DE GÊNERO E SEXUALIDADE NAS ESCOLAS**, desenvolvido durante o período de **02/10/2025 a 20/01/2026** a sob a orientação de ANDERSON FERRARI, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

MOISÉS LAGE DE ASSIS DIAS

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

DESAFIOS PARA A ABORDAGEM DE GÊNERO E SEXUALIDADE NAS ESCOLAS

Moisés Lage de Assis Dias¹

RESUMO

Este trabalho apresenta um debate acerca da atuação docente em sala de aula perante a “Ideologia de Gênero” para aplicação de gênero e sexualidade nos planos de educação. Tendo como objetivo analisar as dificuldades enfrentadas pelos professores para a inserção dos estudos de gênero e sexualidade nas escolas brasileiras. Além dos benefícios que a temática tem a oferecer para educação escolar e ponderar acerca das políticas educacionais. Essa pesquisa foi realizada através de pesquisa qualitativa, centrada na revisão bibliográfica. Na fundamentação teórica deste artigo, fui em busca dos temas visando autores como Castro (2017), Monteiro (2017), Moreira (2017), Silva (2019) e Gava (2019). Através do site ANPED (Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Educação) e análise dos textos do GT23 (Grupo de Trabalho Gênero, Sexualidade e Educação). Em suma, se percebe que apesar do desenvolvimento dos estudos de gênero ao longo do tempo, é perceptível sua posição no meio educacional é limitada ao poder de influência de lideranças religiosas e os projetos de lei que impedem sua total autonomia e liberdade do docente.

PALAVRAS-CHAVE: Ideologia de Gênero; Educação; Escola sem Partido; Gênero; Sexualidade.

ABSTRACT:

This work presents a debate about the role of teachers in the classroom in relation to "Gender Ideology" and its application to education plans. Its objective is to analyze the difficulties faced by teachers in incorporating gender and sexuality studies into Brazilian schools, as well as the benefits that this theme offers to school education, and to consider educational policies. This research was conducted using a qualitative approach, centered on a literature review. The theoretical framework of this article draws on authors such as Castro (2017), Monteiro (2017), Moreira (2017), Silva (2019), and Gava (2019), using the ANPED website (National Association of Postgraduate Studies and Research in Education) and analyzing texts from GT23 (Working Group on Gender, Sexuality and Education). In short, it is clear that despite the development of gender studies over time, their position in the educational field is limited by the power and influence of religious leaders and by legislation that prevents the teacher's full autonomy and freedom.

KEY WORDS : Gender ideology; Education; Non-partisan school; Gender; Sexuality.

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: moises.assis@uffj.estudante.br. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Nome Do Orientador. Anderson Ferrari

1. INTRODUÇÃO

A maior motivação para a elaboração desse trabalho que discute as relações de gênero e sexualidade nas escolas é minha própria vivência tanto com aluno quanto educador. Tais ideias desse trabalho surgiram em meio a um trabalho de monitoria especializada que realizo no Colégio Aplicação João XXIII da UFJF. Já atuo na monitoria há quase 2 anos, não havendo nenhuma menção dos temas em qualquer aula ou seminário. O tema é relevante ser debatido desde os primeiros anos escolares, devido sua importância no cenário político atual. Visto que em um mundo pluralizado, a educação acerca da diversidade e do diferente é uma porta de entrada para a compreensão e o desmonte de estereótipos, promovendo equidade entre homens e mulheres, direitos LGBTQIA + e entendimento que não existe um molde de homens e mulheres, além nem tipos corretos de ser masculino ou feminino (MONTEIRO,2017). Nesse artigo pretendo apontar quais os desafios para a inclusão dos temas de gênero e sexualidade no ambiente escolar. Estudar gênero e sexualidade no ambiente escolar não é apenas uma dificuldade pedagógica, mas um verdadeiro campo de disputa política e moral. A proposta de abordar esses temas vai além de simples conteúdos. Trata de questões profundas da sociedade, como a heteronormatividade, os papéis de gênero e a noção de família nuclear (SILVA,2019). Além das dificuldades que o tema enfrenta na ala política. Com a criação de projetos de lei e interferências de autoridades religiosas na política, que vêm acusando e atacando os estudos de gênero e sexualidade como uma “doutrinação ideológica” e uma ameaça à família tradicional. (CASTRO,2017).

O trabalho foi realizado através de pesquisa qualitativa, centrado na revisão bibliográfica. Na fundamentação teórica deste artigo, fui em busca dos temas políticas educacionais, ideologia de gênero, sexualidade e gênero; visando autores como Castro (2017), Monteiro (2017), Moreira (2017), Silva (2019) e Gava (2019). A pesquisa foi realizada a partir do site ANPED (Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Educação), através da análise dos textos do GT23 durante o período de 2017-2019 (Grupo de Trabalho Gênero, Sexualidade e Educação) que discutiam diretamente as dificuldades de se trabalhar com as questões de gênero e sexualidade nas escolas. A revisão bibliográfica foi feita com o objetivo de buscar autores que pesquisaram acerca de gênero, sexualidade e educação, principalmente aqueles que tocavam na problematização da falácia da “ideologia de gênero” e seus efeitos nas políticas educacionais.

A partir da pesquisa, foram encontrados os seguintes artigos:

Ano	Título do artigo	Autoria	Pesquisa	Perspectiva teórica	Dificuldades
2017	PEDAGOGIAS RELIGIOSAS NO COMBATE À “IDEOLOGIA DE GÊNERO”: EFEITOS DE SABER-PODER-VERDADE	Roney Polato de Castro (UFJF)	Ensaio	Perspectiva Foucaultiana	1. Ideologia de gênero 2. Abordagem religiosa
2017	IMPACTOS DA ‘IDEOLOGIA DE GÊNERO’ NA GERAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A POPULAÇÃO LGBT	Jasmine Moreira (UFPR)	Mestrado	Teoria queer e Estudos de gênero	1. Ideologia de gênero 2. Gênero e sexualidade voltados para a economia

2017	O ATAQUE À DISCUSSÃO DE GÊNERO NA ESCOLA, CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA E A IMPORTÂNCIA DA LIBERDADE DOCENTE	Marcos Vinicius Pereira Monteiro (UFRJ)	doutorado	Estudos culturais	1. Hostilidade pelos pais 2. Frentes políticas 3. "Escola sem partido"
2019	A chegada do discurso à ideologia de Gênero no contexto educacional brasileiro.	Thais C M Gava (FCC)	Pesquisa independente	Pós estruturalista	1. Ideologia de gênero 2. Pânico moral 3. Escola sem partido
2019	GÊNERO NA FORMAÇÃO DE PEDAGOGAS: OS PERCALÇOS NA INSERÇÃO DA TEMÁTICA NOS PERCURSOS CURRICULARES	Carolina Castro Silva (UFF)	mestrado	Estudo de genero e feminista	1. Perseguição política contra pautas progressistas 2. "Ideologia de gênero"

O artigo é organizado, além da introdução, em quatro seções: na primeira é compreendido o conceito de gênero e sexualidade, além de sua relevância em ser abordado no ambiente escolar. O segundo introduz a "Ideologia de Gênero" o que é e como está inserido no Brasil. A terceira seção aborda quais as consequências que tal ideologia teve no cenário da educação. Na quarta é discutida a relação de gênero, política e educação, tendo como foco o "Movimento Escola Sem Partido (ESP)".

2. A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA

Quando o livro "História da Sexualidade I: a vontade de saber", de Michel Foucault (1988), foi lançado, ele trouxe algumas novidades importantes para a área das Relações de Gênero, Sexualidade e Educação. Para o que nos interessa neste trabalho, podemos destacar três dessas inovações. A primeira foi a defesa de que não é possível construir uma história da sexualidade sem trabalhar com a história dos discursos. Embora o autor não discuta gênero nesta obra, podemos estender sua análise para as questões de gênero. Com isso queremos dizer que estamos seguindo essas pistas de Foucault para argumentar que gênero e sexualidade são construções discursivas. Afirmar isso significa dizer que estamos trabalhando com uma concepção de gênero e sexualidade como algo moldado pela linguagem, pela cultura, pela história e pelas relações de saber-poder que estão na constituição de nossa sociedade, nos afastando da ideia de gênero e sexualidade como algo dado, natural ou como essência.

A segunda, em diálogo com essa primeira, é o argumento de que se trata de construção. Trabalhando com uma perspectiva histórica, Foucault (1988) vai se dedicar a pensar como as palavras e os discursos são construídos e, principalmente, seus efeitos nos sujeitos. Neste sentido, nosso interesse neste trabalho é pensar como a escola participa dessas construções, tanto dos discursos quanto dos sujeitos. Estamos interessados nas formas como entendemos e vivenciamos o que significa ser "homem" ou "mulher", "heterossexual" ou "homossexual", partindo do pressuposto que essas identidade e pertencimentos não são universais e nem imutáveis. Essas identidades são criadas e reforçadas através das histórias, termos e a maneira como falamos sobre gênero e sexualidade e que vão definindo o que é

considerado "normal" ou "anormal". Dizer que são construções discursivas implica o trabalho na escola, no sentido de problematizar como esses discursos constroem sujeitos.

A terceira é o que o autor chama de "hipótese repressiva" (Foucault, 1988). O autor vai refutar essa ideia, demonstrando que embora a sociedade inaugurada na modernidade tenha investido na repressão da sexualidade, o resultado foi o inverso. A tentativa de repressão ocasionou uma proliferação discursiva em torno da sexualidade e que nós ainda somos tributários desse interesse discursivo. Atualmente, temos enfrentado um avanço da extrema direita e do conservadorismo religioso que tem investido na repressão, na censura e nos ataques aos avanços e discussões em torno das relações de gênero e sexualidade, sobretudo na escola. Se a escola está passando por esse ataque e pelo pânico moral em torno da falácia da ideologia de gênero, ela também é e deve ser espaço de resistência, uma resistência inventiva, que seja capaz de não somente dizer não aos ataques, mas que seja capaz de propor vidas nunca antes pensadas.

Para Marcos Vinicius Monteiro (2017, p.7-8) a escola tem como principal objetivo fomentar as discussões e questionamentos que problematizam como gênero e sexualidade são construídos. Todavia tal objetivo está pautado na intenção de colocar sob suspeita os padrões intrinsecamente baseados na cultura dominante, centrados em oposições binárias (Homem/mulher) como padrão social. "Não existem modelos universais de homens ou mulheres, e nem tipos corretos de ser masculino e feminino" (MONTEIRO, 2017 p. 8). O que o autor está propondo com essa afirmação é um olhar para a diversidade como nossa riqueza e não como nosso problema. Por sua vez, pensar em "modelos universais ou corretos" implica em exclusões que reforçam a permanência de padrões étnico-cultural, promovendo a construção identitária (através das interações com outros indivíduos) e preconceitos (superioridade de um e inferioridade de outro grupo social). É o combate a esses preconceitos e exclusões que Monteiro (2017) defende quando pensa na escola como espaço de debate capaz de fomentar outros tipos de conhecimento e, portanto, outras formas de sociabilização em torno das questões de gênero e sexualidade.

O autor também discorre sobre a importância do educador, nesse cenário inicial de ensino, como aquele que deve promover debates com diferentes pontos de vista, sexualidades e gêneros. Isso significa pensar as intencionalidades de suas ações como educador no intuito de respeitar a diversidade cultural. Neste sentido, podemos dizer que uma das importâncias da inclusão do debate de gênero nas escolas é para que o "diferente" possa ganhar voz no cenário social, rompendo com um quadro comumente encontrado nas escolas em que as diferenças são deixadas de lado e ignoradas.

Dialogando com as ideias acima, Carolina Castro Silva (2019, p.1) aponta que o debate sobre gênero e sexualidade nas escolas pode favorecer a quebra de padrões e desigualdades quando se abordam as diferenças dos gêneros. O efeito dessas discussões se relaciona com a própria constituição do conceito de gênero. Gênero é um conceito surgido na segunda onda do feminismo, entre as décadas de 1950 e 1960 e, para Joan Scott (1995) ele inova em dois aspectos importantes para o debate social. O primeiro é o seu caráter de construção, rompendo com a ideia de essência, de natureza biológica ou mesmo de homogeneidade. O segundo diz do seu aspecto relacional, de tal maneira que não é possível falar de mulheres sem dizer dos homens e vice-versa. Esses dois aspectos nos servem para argumentar que os gêneros são construções sociais, o que significa dizer que as diferenças entre homens e mulheres não são inatas, mas construídas no social e no cultural. Essa forma de pensar coloca um novo desafio para as escolas que é fazer os alunos e alunas colocarem sob suspeita suas formas de pensar e agir, ser e estar no mundo. Um desafio e uma potencialidade para as escolas trazerem para o debate a construção da cisheteronormatividade. É Amana Mattos e Maria Luíza Cidade (2016) que nos convida a pensar sobre esse conceito quando afirmam que a cisheteronormatividade é a crença e a imposição social de que ser cisgênero (identificar-se com o gênero atribuído ao nascer) e heterossexual (atraído pelo gênero oposto)

são as únicas formas "normais" e aceitáveis de existir, de se relacionar e de viver, gerando exclusão e preconceito contra pessoas LGBTQIA+ e não-binárias. É um sistema que naturaliza a cisgeneridade e a heterossexualidade como padrões, invisibilizando outras identidades e orientações. A importância desses debates nas escolas é que eles contribuem para o fomento da formação crítica, não se limitando somente ao campo escolar, mas levando tais questionamentos para os demais cidadãos.

Marcos Vinicius Monteiro (2017, p.7) argumenta que o professor tem como principal função promover o debate, questionamento, discutindo as formas mais eficazes de melhorar o campo da educação, e segundo o mesmo, a sociedade como um todo. Carolina Silva (2019, p.7) relata a relevância de se estudar gênero e sexualidade nas escolas para a quebra de estereótipos. A Educação, portanto, teria essa função, ou seja, auxiliar os alunos a compreenderem como é a sociedade em que habita. Fazer os alunos pensarem como essa sociedade se constitui é uma forma de se entender como resultado dessa sociedade. "As discussões de gênero se apresentam cada vez mais importantes na busca por uma real equidade, entre homens e mulheres." (SILVA, 2019 p. 7). Equidade que passa pela necessidade de crítica, sobretudo sobre estereótipos acerca do feminino como um gênero, dito fraco e subalterno e, do masculino como forte e superior.

Jasmine Moreira (2017, p. 5) aborda a necessidade do debate nos ambientes escolares para criar um ambiente seguro, sobretudo a comunidade LGBTQIA +. Também argumentando a necessidade dos estudos críticos para se contrapor a essa normatização dos gêneros e das sexualidades (MOREIRA, p.11). Além disso, a autora elabora acerca da importância do tópico de gênero e sexualidade para a disputa de espaços de fala e atuação no cenário político e social, com o objetivo de se alcançar uma maior igualdade e justiça social (p.12-13).

Roney Polato de Castro (2017, p.14) orienta da necessidade dos estudos de gênero para além da construção biológica de homem e mulher. Pautando que não é ao nascer que se faz um sujeito masculino ou feminino, o autor relata a necessidade da abordagem do tema nas escolas diante das diversidades. Afirmando a importância de se estudar as diversidades sexuais e de gênero nas relações de gênero e sexualidades contemporâneas (p.16). Além disso, Castro (2017, p. 6) dita que as produções acadêmicas acerca de gênero e sexualidade, auxiliam na maior compreensão e como lidar com as diversidades sexuais e de gênero.

Conforme Miguel (2016 apud CASTRO, 2017)

os movimentos de pesquisa podem gerar problematizações acerca dos papéis estereotipados, naturais e obrigatórios de 'menina', 'menino', 'homem', 'mulher', 'gay', 'heterossexual', que podem reforçar barreiras, estigmatizar comportamentos e marcar como desviantes os sujeitos que não seguem as regras. 'A cultura do estupro, que deriva da ideia de que as mulheres não são seres capazes de autonomia, e as agressões a gays, lésbicas e travestis, vistos como 'anormais' e, portanto, indignos de respeito, são dois dos efeitos decorrentes.' (p. 615).

Nesse contexto, estudar e produzir conhecimentos em torno do gênero e sexualidade vai além do biológico. São processos de investigação que visam quebrar paradigmas, preconceitos e estereótipos. Mais do que isso, que buscam alertar sobre violências, e a aceitação das diversidades que diferenciam da heteronormatividade e Cisgeneridade. É nesta direção que Marcos Monteiro (2017, p. 8) aponta que a

necessidade dos estudos de gênero no ambiente escolar vai da não existência do homem e mulher ideal, tampouco de ser feminino ou masculino. Auxiliando também no debate dos diversos espectros de homem ou mulher na sociedade, além de apresentar novas configurações familiares (casais formados por dois homens, duas mulheres ou adoção por casais homossexuais). Para melhor entendimento da complexidade das relações na sociedade com o intuito de desconstruir preconceitos e a violência.

Nessa próxima seção a ideia é responder o que é a “Ideologia de Gênero” e como a mesma está inserida em nossa sociedade. Posteriormente irei elaborar sobre as consequências dos ataques à “Ideologia de gênero” e como afeta o trabalho da docência e qual sua relação com o “Movimento Escola sem Partido (ESP)”.

3. O QUE É A IDEOLOGIA DE GÊNERO

A “Ideologia de gênero”, cunhada em meados dos anos 1990, pela parcela religiosa e conservadora de nossa sociedade, é um termo que visa expressar as manifestações na sociedade, cultura, política e histórica que vá em discordância dos valores tradicionais cristãos (CASTRO, 2017, p.3), cuja visão do “ideal” gira em torno da família nuclear tradicional, composto por um pai, uma mãe e seus filhos, a família tradicional cristã (SILVA, 2019, p.1). “Para Judith Butler (1993), essa naturalização se caracteriza pela ideia de uma ‘sexualidade normal’, sob a qual são reguladas as instituições, estabelecendo o que a autora define como heteronormatividade.” (MOREIRA, 2017, p.5).

Tal termo ganhou holofotes no Brasil durante as eleições presidenciais em 2018, com a proliferação de discursos antiprogressistas da bancada política conservadora aliada a movimentos religiosos. Nesse sentido, em um ato de desacreditar opositores relacionados ao espectro progressista, se utilizando, em muitos momentos, do pânico e do medo. Thais Gava (2019) relata que tal discurso é uma reação conservadora diante de transformações sociais que desestabilizam modelos tradicionais de família, gênero e sexualidade. Por sua vez, ocorre a “fragilização” da base religiosa, que a todo custo tenta manter seu lugar na ordem social. É evidenciado o grande envolvimento de tais grupos de base conservadora na política, sobretudo nos meios digitais, através de postagens em redes sociais, imagens circuladas por plataformas de textos, como *whatsapp*, com o objetivo de disseminar para o máximo de pessoas possíveis.

4. CONSEQUÊNCIAS DA IDEOLOGIA DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO

Quando se diz respeito aos malefícios da “Ideologia de Gênero” no ambiente escolar, Marcos Monteiro (2017, p.3) relata que um desses prejuízos foi a retirada oficial de referências a gênero e sexualidade, no Congresso Nacional em 2014 das políticas escolares do Plano Nacional de Educação (PNE). Ao abrir mão de pautar gênero e sexualidade nos documentos oficiais, o Congresso deixou a cargo dos Estados e Municípios a função de debaterem e criarem seus próprios “Plano de Educação”, o que gerou debates acirrados nas câmaras locais, evidenciando a disputa política em torno dessas questões. Sem os referidos temas, “Gênero e Sexualidade” acabou ficando fora dos planos de educação de vários municípios, de maneira que os currículos e a formação dos educadores acabaram sendo afetados e considerados incompletos. Com isso podemos dizer que essa exclusão representa um retrocesso.

Jasmine Moreira (2017, p.12) relata o ambiente de medo e censura criado pela ala fundamentalista/ conservadora relacionando as demandas sociais e os estudos de gênero às ideologias comunistas (MOREIRA, 2017, p.7). Segundo Carolina Silva (2019), o resultado desse clima de disputa e

de acusações é a retirada sistemática das questões de gênero e sexualidade “dos documentos regulatórios educacionais – vide as Bases Nacionais Comuns Curriculares (BNCC) do ensino básico que estavam em discussão no Conselho Nacional de Educação (CNE), e foram aprovadas em tempo recorde.” (p. 1).

Oriundo de tais demandas políticas a autora atribui às pautas conservadoras a bancada evangélica do congresso Nacional, além de representantes do capital financeiro de grandes empresas. Para Roney Castro (2017, p.3) está havendo um aumento das ações de político-religiosos contra o que vêm chamando de “ideologia de gênero”. Thais Gava (2019, p.1) comenta da retirada dos tópicos de gênero e sexualidade, não ficando limitado ao PNE, como também de diversos Planos de Educação de nível estadual e municipal, além de fiscalizações contra instituições de ensino e educadores que abordassem das questões de gênero e de sexualidade no ambiente escolar.

Em decorrência de tais medidas, Marcos Monteiro (2017, p. 3 e 4) relata que, após a decisão do congresso de permitir que estados e municípios possam elaborar seus próprios Planos de Educação, houve uma forte pressão por parte da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Tal ato se fez através de críticas aos Estados e Municípios, que aderiram aos planos de ensino pautas que incluíam temas de gênero e sexualidade. Dessa maneira o autor traz o exemplo da cidade de Niterói, que em seu Plano Municipal de Educação veta qualquer forma de divulgação de material que utilize termos de gênero, diversidade sexual e orientação sexual. O veto se estende a todos os meios de comunicação, seja físico ou digital nas instituições de ensino públicas da cidade.

Além disso, Marcos Monteiro (2017, p.6) cita outras cidades como Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, que vetaram materiais educacionais que possuíam ensinamentos acerca da diversidade sexual na rede pública do município. Por sua vez, também foram vetadas pautas que orientavam sobre homofobia e direitos homossexuais. Apontado por Jasmine Moreira (2017, p. 8-9) relatando ataques a estratégias voltadas à inclusão e hostilidade a pautas LGBTQIA +QIA +. Em sintonia a tal medida, a cidade de Ariquemes, em Rondônia, aprovou o ato de arrancar de livros oriundos do Ministério da Educação, que abordava sobre a diversidade familiar.

Thais Gava (2019, p.4) se dedica a trabalhar com o que significou a retirada de materiais didáticos voltados ao combate à homofobia. Esses materiais eram atribuídos ao projeto Escola sem Homofobia. Todavia tais matérias foram atribuídas ao nome “kit Gay”, vetado no processo pelo Legislativo. Essa ação reforçou o que Marcos Vinicius (2017, p.4) analisou como expressão da intimidação aos professores e instituições de ensino, oriundas do movimento Escola sem Partido (ESP). Apresentando ameaças de processos extrajudiciais, perda de empregos, caso haja a abordagem dos temas de gênero e sexualidade. Thais Gava (2019, p.3) orienta que tais ameaças não possuem valor legal, se fazendo valer apenas em âmbito de ameaças. É imprescindível destacar que essas investidas limitam a liberdade docente, censurando debates e cessando uma educação crítica e intercultural. Carolina Silva (2019, p.2) nos apresenta que as ameaças dos grupos reacionários, prejudica o trabalho docente, pois diversos educadores relatam medo da criminalização ao abordar os temas de gênero e sexualidade. Ainda como resultado dessas intimidações e ataques, estamos vivenciando um momento de medo que tem atingido o trabalho dos professores como, por exemplo, o medo de atravessar algum limite, no processo se auto censurando para poder exercer sua função.

5. POLÍTICA, GÊNERO E RELIGIÃO

Segundo Castro (2017) há a disseminação de cartilhas oriundas de lideranças político religiosas orientando acerca da “ideologia de gênero” com o intuito de fomentar os seus fiéis e o poder público contra tais ensinamentos. Tais medidas buscam, acima de tudo, criar pânico e espalhar tal “verdade”,

alertando sobre os perigos dessa ideologia, atribuindo a mesma a destruição das concepções de homem e mulher, além da fragmentação da unidade familiar, que para as religiões cristãs é o pilar da sociedade, do correto e decente.

Uma das cartilhas analisadas por Castro (2017) foi entregue a fiéis posteriormente após missas, alertando acerca da ideologia de gênero. Tal cartilha traz afirmações sem relacionar fontes confiáveis. Informando como a ideologia de gênero traria malefícios às pessoas como o crescimento de crimes sexuais e o desmonte da organização estrutural da família, esses materiais divulgados possuem como objetivo o combate à “doutrinação ideológica”, segundo o Movimento Escola sem Partido (ESP). É importante ressaltar que a área de conhecimento Relações de Gênero, Sexualidade e Educação não reconhece esse termo e vem demonstrando como ele é utilizado para causar um pânico moral, que tem afetado o trabalho das escolas e dos professores. Essa falácia da ideologia de Gênero vem se apoiando nos projetos de lei PL 2731/2015 que veta ideologias na educação e no PL 1859/2015 que determina a proibição de políticas de ensino que contenham a “ideologia de gênero”, enfim, projetos que visam a retirada de qualquer termo de gênero e orientação sexual nas escolas. Ainda com o intuito de diminuir a ação das escolas, tais projetos também defendem a autoridade familiar sobre a escola. Apoiam na ideia de que a educação moral, sexual e religiosa deve ser domínio exclusivo da família (Castro, 2017, p.3-4).

“O movimento político ‘Escola sem Partido (ESP)’ ganhou relevância a partir de 2015, tendo como intuito frear pautas progressistas no ambiente escolar. Tal movimento visa barrar temas que discordem dos interesses desses grupos, agindo sob o pretexto de proteger alunos e famílias do ensino básico ao superior. Através do projeto de lei 867/2015 que relata a existência de uma ‘doutrinação ideológica’ por parte dos educadores em sala de aula, auxiliando os responsáveis a tomarem medidas judiciais. O alvo são instituições que entendidas, acusadas como propagadoras de ideias contrárias aos valores morais familiares, criminalizando as escolas e judicializando as ações dos professores num franco ataque à liberdade de cátedra. (MONTEIRO, 2017, p. 4).

Além disso, tais medidas fogem do círculo religioso, abrangendo as políticas educacionais, sendo notório a presença religiosa na política, com grupos religiosos obtendo cargos políticos para favorecer suas pautas conservadoras e se manter no poder (SILVA, 2019, p.2). “O termo ‘ideologia de gênero’ é utilizado para significar que a discussão do tema na escola tem como intuito realizar uma dominação ou alienação dos/as alunos/as” (MONTEIRO, 2017, p.2). De acordo com Monteiro (2017, p.2) tal ideologia é utilizada para promover a dominação moral e a distorção do papel do homem e da mulher na sociedade. Além disso, o autor também aborda a crítica à liberdade de expressão na escola discursando sobre a “lei da mordaza”. Nesse sentido, tal lei tem como função, cuja função seria promover os limites éticos da profissão dos professores com o intuito de barrar o pluralismo ideológico nas instituições de ensino.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É Possível através dos estudos reunidos neste trabalho evidenciam que a chamada “ideologia de gênero” constitui um movimento político motivado pela ignorância e preconceitos, mobilizado por setores conservadores e fundamentalistas para deslegitimar as discussões sobre gênero e sexualidade na escola. Longe de representar uma “doutrinação”, tais discussões são fundamentais para a formação de indivíduos com pensamentos críticos, com a capacidade de questionar normas sociais naturalizadas e de reconhecer a diversidade como valor democrático.

Foi demonstrado os diversos ataques às instituições de ensino e práticas docentes através de projetos de lei, intimidação judicial, censura a materiais didáticos e campanhas de desinformação. Não apenas a retirada de termos como “gênero” e “orientação sexual” dos planos educacionais, mas também a criação de um clima de medo e autocensura entre docentes. Esse movimento, articulado com pautas religiosas e conservadoras, visa preservar um modelo heteronormativo, cisgênero e, apresentado como “natural” e “moral”.

No entanto, como aponta Foucault (1988), a repressão gera resistência. A escola, mesmo sob forte pressão social, segue sendo um espaço potencial de invenção e crítica. A persistência dos estudos de gênero e sexualidade na formação docente e no currículo indica que a educação pode ser um campo de pluralismo ideológico (MONTEIRO, 2017), onde se elaboram pedagogias inclusivas e se problematizam estereótipos que perpetuam violências.

Portanto, conclui-se que a defesa de uma educação laica, plural e crítica é indispensável na defesa da democracia. Enfrentar a “ideologia de gênero” não significa apenas rebater falsos argumentos, mas reafirmar o papel da escola na construção de uma sociedade mais justa. Onde as diferenças não se traduzem em desigualdades. A tarefa urgente é fortalecer a liberdade docente, a produção acadêmica qualificada e as alianças políticas que garantam o direito à educação como um direito humano à diversidade.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Roney Polato de. **Pedagogias Religiosas no Combate à “Ideologia de Gênero” : Efeitos de Saber-Poder-Verdade**. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 38. 2017, São Luís. Disponível em : <https://anais.anped.org.br/38reuniao/trabalhos/pedagogias-religiosas-no-combate-a-ideologia-de-genero-efeitos-de-saber-poder>. Acesso em : 08/11/2025

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GAVA, Thais C. M. A Chegada do Discurso da Ideologia de gênero no contexto educacional brasileiro. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 39., 2019, Niterói. Disponível em : <https://anais.anped.org.br/39reuniao/trabalhos/chegada-do-discurso-ideologia-de-genero-no-contexto-educacional-brasileiro>. Acesso em: 08/11/2025

MATTOS, Amana; CIDADE, Maria Luíza. Cisheteronormatividade: Conceitos, Dinâmicas e Desafios. São Paulo: Editora Cortez, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordida no parlamento brasileiro. Direito & Práxis, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

MONTEIRO, Marcos Vinicius Pereira. **O Ataque a discussão de gênero nas escolas, construção identitária e a importância da liberdade docente.** In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED,38. 2017, São Luís. Disponível em : <https://anais.anped.org.br/38reuniao/trabalhos/o-ataque-a-discussao-de-genero-na-escola-construcao-identitaria-e-importancia-da>. Acesso em : 08/11/2025

MOREIRA, Jasmine. **Impactos da “ Ideologia de Gênero” na formação de políticas educacionais para a população LGBTQIA +.** In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED,38., 01-05 out. 2017, São Luís. Disponível em : <https://anais.anped.org.br/38reuniao/trabalhos/impactos-da-ideologia-de-genero-na-geracao-de-politicas-educacionais-para>. Acesso em : 08/11/2025

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Tradução de Guacira Lopes Louro. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Carolina Castro. **Gênero na Formação de Pedagogas : Os percalços na inserção da temática nos percursos curriculares.** In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED,39. 2019, Niterói. Disponível em : <https://anais.anped.org.br/39reuniao/trabalhos/genero-na-formacao-de-pedagogas-os-percalcos-na-insercao-da-tematica-nos>. Acesso em : 08/11/2025